



“Deixa-te levar pela criança que foste”: José Saramago e *As pequenas memórias*¹

ANA PAULA ARNAUT
Universidade de Coimbra



Resumo: Recuperando, entre outros textos, algumas das crónicas publicadas em *Deste mundo e do outro* e *A bagagem do viajante*, José Saramago reconstrói em *As pequenas memórias*, de forma breve mas significativa, os primeiros 15-16 anos da sua vida. A importância da autobiografia publicada em 2006 reside tanto na oportunidade para revisitarmos a cronística do autor, quanto na possibilidade de verificarmos a influência da educação e de vivências familiares no desenvolvimento das principais linhas temáticas da sua produção literária.

Palavras-chave: Ideologia; Humanismo; Humanitarismo; Direitos do homem; Poder

Abstract: Recovering, among other texts, some of the chronicles published in *Deste mundo e do outro* and *A bagagem do viajante*, José Saramago reconstructs in *As pequenas memórias*, briefly but significantly, the first 15-16 years of his life. The importance of the autobiography published in 2006 lies both in the opportunity to revisit the chronicle of the author and in the possibility to evaluate the influence of education and family experiences in the development of the main themes of his literary production.

Keywords: Ideology; Humanism; Humanitarianism; Human rights; Power

*Não é bom olhar para o passado.
O passado é aquele armário dos esqueletos
de que falam os ingleses, gente discreta,
de pouco sol e ainda menos alvoroço.
Mas às vezes a memória, por caminhos que
nem sabemos explicar, traz para o dia que se está
vivendo imagens, cores, palavras e figuras.*

(JOSÉ SARAMAGO, “O amola-tesouras”, in: *Deste Mundo e do Outro*)

Contrariando o que diz em “O amola-tesouras”, José Saramago apresenta em *As pequenas memórias* diversos episódios relativos aos primeiros 15-16 anos da sua vida e aos quais já havíamos tido acesso parcelar em algumas das crónicas publicadas na Imprensa em finais da década de 60, inícios da década de 70. Releiam-se, tão-somente, entre outras, dos livros de crónicas publicados em 1971 e 1973 (*Deste mundo e do outro* e *A bagagem do viajante*) os textos intitulados “As bondosas”, “Aparição”, “Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”, “O cego do harmónio”, “O sapateiro prodigioso”; “O melhor amigo do homem”, “Molière e a Toutinegra”, “E também aqueles dias”, ou “Elogio da couve portuguesa”.²

Do que parece tratar-se, então, é de reordenar alguns desses episódios, de modo a apresentar um todo coeso e coerente. Não se pense, todavia, que o teor autobiográfico que preside a esta publicação segue uma linha de tempo objectiva e totalmente linear. Muito menos se espere encontrar um atestado de veracidade absoluta da matéria recuperada e contada. Se o relato orquestrado se traduz, de facto, num desvendamento rememorativo do percurso respeitante ao início da sua vida, a verdade é que tal acontece através de uma narração que se assemelha a uma série de pequenos quadros, de pequenas *aguarelas soltas*, dispersas, sobre uma infância re-visitada e re-encontrada na e pela escrita.

E a escrita, esta escrita, começa por dar conta daquilo que a sua memória individual recorda: a Azinhaga, a aldeia onde nasceu e onde voltará para, como diz, “acabar de nascer” (p. 13); o rio Almonda, cenário e matéria de um

¹ Versão revista e aumentada do texto inicialmente publicado, em inglês, na *Dublin Review of Books*, 2, Summer 2007 (www.drbb.ie).

² Ver, a propósito, respectivamente, p. 18, 81 e 83, 83 e 88, 113, 23; 23 e 63, 73 e 100, 127, 137 de *As pequenas memórias*. Lisboa: Caminho, 2006.

Protopema escrito na sua adolescência (p. 16-17); os avós paternos e os avós maternos, estes tantas vezes evocados em outras ocasiões; os pais; os amigos de infância e de adolescência; a ida para Lisboa com apenas dois anos; a morte do irmão Francisco; a vida em Lisboa e os sucessivos regressos à Azinhaga; o percurso escolar e as leituras feitas em casas “onde não havia livros” (p. 99), porque não havia dinheiro para os comprar; as aulas particulares com o professor Vairinho (p. 106); a importância do jornal *Diário de Notícias* na construção da sua *enciclopédia* (p. 97-98) e muitas outras “recordações soltas” (p. 117) que, apesar de o serem, não obstam ao conhecimento do “ser que fui e que deixei enalhado algures no tempo” (p. 18). Neste leque de recordações se pode incluir, por exemplo, a “sobre todas edificante história da Pezuda” (p. 32), vizinha dos tios e protagonista (com eles) de vários episódios de zangas, uma mulher de quem diz ter esquecido o nome, mas que lhe serve para ilustrar a forma como a coragem também pode chegar por empréstimo (p. 35).

Quanto ao ser que foi, ou melhor, que começou a ser, cumpre ainda destacar os esclarecimentos que faculta sobre o seu nome e sobre o seu nascimento. A curiosidade em relação ao primeiro é que, como já contou em outro lugar, o apelido Saramago, que hoje carrega sem ter tido necessidade de “inventar um pseudónimo” (p. 48), decorre de uma fraude onomástica protagonizada pelo oficial do Registo Civil da Golegã (e provocada pelos efeitos do álcool) que, “por sua conta e risco”, resolveu “acrescentar Saramago ao lacónico José de Sousa que meu pai pretendia que eu fosse” (p. 48).

No que respeita ao seu nascimento, ficamos a saber um outro elemento curioso: nasceu no dia 16 de Novembro de 1922 “e não no dia 18, como afirma a Conservatória do Registo Civil”. A explicação, simples para os tempos que corriam, é dada da seguinte forma:

Foi o caso que meu pai andava nessa altura a trabalhar fora da terra, longe, e, além de não ter estado presente no nascimento do filho, só pôde regressar a casa depois de 16 de Dezembro, o mais provável no dia 17, que foi domingo. É que então, e suponho que ainda hoje, a declaração de um nascimento deveria ser feita no prazo de trinta dias, sob pena de multa em caso de infracção. Uma vez que naqueles tempos patriarcais, tratando-se de um filho legítimo, não passaria pela cabeça de ninguém que a participação fosse feita pela mãe ou por um parente qualquer, e tendo em conta que o pai era considerado oficialmente autor único do nascido (do meu boletim de matrícula no Liceu Gil Vicente só consta o nome do meu pai, não o da minha mãe), ficou-se à espera de que ele regressasse, e, para não ter de esportular a multa (qualquer quantia, mesmo pequena, seria excessiva para o bolso da família), adiantaram-se dois dias à data real do nascimento, e o caso ficou solucionado. (p. 51-52)

Ficou, pelo menos, este caso solucionado. Quanto a outros casos relatados, e, se calhar, porque o fio da memória nem sempre, ou quase nunca, obedece aos desejados e tradicionais preceitos de sequencialidade temporal – e também porque há que contar com os inevitáveis lapsos (de memória chamados) –, são vários os momentos em que, indo a *história* já avançada, o autor sente necessidade de completar e/ou de corrigir informações anteriormente dadas como certas.

Tal acontece, por um lado, quando, depois de ter falado já nos tempos vividos na Rua dos Cavaleiros (p. 38-39), a eles regressa de modo mais detalhado (p. 56-60); quando, na página 126, verifica que algo lhe havia ficado por dizer a propósito do episódio relativo ao “regresso da feira” onde fora vender porcos (p. 21); ou quando, posteriormente (p. 142-143), explica, com maior pormenor, por que motivo deitara no lixo “o mapa de Espanha em que vinha espetando alfinetes de cores para marcar os avanços e recuos dos exércitos de um lado e do outro” da guerra civil espanhola (p. 55). Por outro lado, em algumas passagens do livro, fica clara a necessidade de alterar dados que o leitor, com toda a certeza, já havia tomado como verdadeiros. Reportamo-nos, agora, ao início do contacto e da amizade com as famílias Barata (“Ao contrário do que ficou dito, as famílias Barata não entraram na minha vida quando nos mudámos da Rua dos Cavaleiros para a Rua Fernão, Lopes”, p. 118 – ver p. 38); ou ao episódio com a Domitília (“foi o engano gravíssimo quando, sem me deter a reflectir em algumas questões básicas da fisiologia sexual e do desenvolvimento hormonal, acrescentei que estava na idade de onze anos quando do episódio com a Domitília. Nada disso”, p. 119, ver p. 42-44).

A provar ainda que a memória tem as suas lacunas e que nem sempre é possível distinguir a verdade da mentira/invenção ou da capacidade imaginativa, até porque “os sentimentos não se governam” (p. 62), assim instaurando um véu de suspeição sobre a veracidade total e absoluta desta autobiografia, e assim diluindo a fronteira entre verdade e ficção, acrescem, entre outras, as dúvidas sobre a sua “recordação mais antiga”, relativa ao irmão Francisco, que “talvez seja falsa” (p. 121); a recordação da visita ao Convento de Mafra – da qual não guarda “mais viva lembrança que a de uma estátua” do desgraçado e esfolado S. Bartolomeu, facto que, eventualmente, o terá levado a não incluir a estátua do santo no romance *Memorial do Convento* (1982) (“Não juro, digo só que é possível”, p. 79); ou a ausência de certezas sobre um incidente quase amoroso com Alice (“Não tenho a certeza absoluta de as coisas se terem passado desta maneira”, p. 81). Talvez por isso, de forma claríssima, seja possível lermos a interrogação sobre a natural e humana propensão para baralhar dados do passado:

Às vezes pergunto-me se certas recordações são realmente minhas, se não serão mais do que lembranças alheias de episódios de que eu tivesse sido actor inconsciente e dos quais só mais tarde vim a ter conhecimento por me terem sido narrados por pessoas que neles houvessem estado presentes, se é que não falariam, também elas, por terem ouvido contar a outras pessoas. (p. 63-64)

Não menos natural, e humana, é a capacidade imaginativa que, por vezes, incute à re-visitação do tempo-lugar da infância. Citamos, a propósito, um interessante e comovente excerto em que ilustra quer as dificuldades financeiras da família, quer os laços afectivos que o ligavam aos pais de sua mãe:

A lareira era pequena, só podíamos lá caber dois, geralmente o meu avô e eu. Como sempre, no Inverno, quando o frio fazia gelar a água durante a noite dentro dos cântaros e de manhã tínhamos de partir com um pau a camada de gelo que se havia formado lá dentro, estorricávamos por diante e tiritávamos por trás. Quando o frio apertava a sério, estar em casa ou estar fora não fazia uma diferença por aí além. A porta da cozinha, que dava para o quintal, era velhíssima e mais cancela que porta, com fendas onde podia caber a minha mão, e o mais extraordinário foi que durante anos e anos assim tivesse permanecido. Parecia que já era velha quando a colocaram nos gonzos. [...]. Foi a este lar, humilde como os que mais o eram, que vieram acolher-se os meus avós depois de casados, ela, segundo havia sido voz corrente no tempo, a rapariga mais bonita da Azinhaga, ele, o exposto na roda da Misericórdia de Santarém e a quem chamavam ‘pau-preto’ por causa da tez morena. Ali viveram sempre. Contou-me a avó que a primeira noite a passou o avô Jerónimo, sentado à porta de casa, ao relento, com um pau atravessado nos joelhos, à espera dos ciumentos rivais que haviam jurado ir apedrejar-lhe o telhado. Ninguém apareceu, afinal, e a Lua viajou (permita-se-me que o imagine) toda a noite pelo céu, enquanto minha avó, deitada na cama, de olhos abertos, esperava o seu marido. E foi já madrugada clara que ambos se abraçaram um ao outro. (p. 93-94)

A intensa afectividade dedicada aos avós maternos (por oposição a algum distanciamento sentido na relação com os avós paternos, que, “existir existiam, mas não funcionavam”, p. 61), é já patente em diversos textos anteriores a estas *pequenas memórias*. Deixando de lado as muitas referências feitas em diversas entrevistas concedidas à Imprensa, nacional e internacional, destacamos, em primeiro lugar, as crónicas “Carta para Josefa, minha avó”, “O meu avô, também” (*Deste mundo e do outro*) e “Retrato de antepassados” (*A bagagem do viajante*). Em segundo lugar, lembramos o belíssimo e sentido discurso pronunciado na Academia Sueca, por

ocasião da entrega do Prémio Nobel, em 7 de Dezembro de 1998: “De como a personagem foi mestre e o autor seu aprendiz” (*Discursos de Estocolmo*).

Em qualquer dos textos mencionados sobressai a simplicidade e a humanidade de gente para quem a ausência de letras aprendidas não significava falta de sabedoria. “Gente que”, como disse José Saramago em Estocolmo, “tinha pena de ir-se da vida, só porque o mundo era bonito, gente”, como o seu “avô Jerónimo, pastor e contador de histórias, que, ao pressentir que a morte o vinha buscar, foi despedir-se das árvores do seu quintal, uma por uma, abraçando-se a elas e chorando porque sabia que não as tornaria a ver”.³ Gente, como a sua avó Josefa, que, com “a tranquila serenidade dos [...] noventa anos e o fogo da adolescência nunca perdida”, desabafa: “O mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer!”⁴. Gente, em suma, acrescentamos nós, cujo legado continuamos, hoje, a ler nos peculiares universos re-criados pelo autor.

Por consequência, parece-nos que o enorme respeito, admiração, fascínio e afecto(s) que o leitor sempre sente terem presidido à re-construção das personagens femininas que povoam a ficção saramaguiana, ou outros dos seus *textos*, migram do mundo vivido com a avó Josefa (de outros mundos de infância também) para o mundo do universo romanesco. Destacamos, entre tantos exemplos possíveis, a força anímica de personagens como M., de *Manual de pintura e caligrafia* (1977); Faustina e Gracinda Mau-Tempo, de *Levantado do chão* (1980); Blimunda, de *Memorial do convento* (1982); Maria de Magdala, de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991); a mulher do médico, de *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e de *Ensaio sobre a lucidez* (2004); Marta Isasca e Isaura Madruga, de *A caverna* (2000); a própria morte, de *As intermitências da morte* (2005), ou, finalmente, Lilith, de *Caim* (2009). Cada uma destas personagens/mulheres responsável, à sua maneira, pelo desenvolvimento afectivo, moral e ideológico daqueles com quem mais proximamente convivem, e, em particular do homem com quem se relacionam.

E se de homem falamos, de Homem devemos falar também. Deste modo, por um lado, não parece ser alheia à imagem-recordação que de seu avô Jerónimo carrega, e que se empenha em perpetuar, a forma como José Saramago desenha os contornos de determinadas personagens masculinas capazes de suportarem as privações de uma vida quase nunca fácil; capazes, ainda, de assumirem uma sensibilidade e um lirismo que, regra geral, pensamos no

³ “De como a personagem foi mestre e o autor seu aprendiz”. In: *Discursos de Estocolmo*. Lisboa: Caminho, 1999, p. 14 e *As pequenas memórias*. Ed. cit., p. 130.

⁴ “Carta para Josefa, minha avó”. In: *Deste mundo e do outro*. Lisboa: Caminho, 1985 [1971].

feminino. Convoquem-se, exemplarmente, as personagens João Mau-Tempo (*Levantado do chão*), Baltasar Sete-Sóis (*Memorial do convento*), Cipriano Algor (*A caverna*) ou Caim (*Caim*). Por outro lado, o Homem assume-se nos romances saramaguianos como o grande responsável pela construção do seu próprio destino, evidenciando, por isso, tanto a capacidade para disputar territórios e forças ancestralmente atribuídos à entidade divina, quanto para lutar contra as mais variadas adversidades da esfera do terreno. Por isso se afirma em *Memorial do Convento* que “é a vontade dos homens que segura as estrelas”, sendo “fácil ver que, faltando os homens, o mundo pára (p. 124, 66) (leia-se homens no sentido de ser humano, de Homem).

Mas este mesmo Homem, capaz de realizar novos mundos, pode também protagonizar as mais atrozes violações aos básicos e essenciais princípios de convivência humana, como (de um modo ou de outro) muito bem denuncia toda a produção literária do autor. Quase na parte final destas *Memórias* – num tempo que, por motivos óbvios, não era ainda o de uma nítida e consciente percepção absoluta dos múltiplos tipos de violência que o Homem (sobre o Homem) sempre exerceu – é possível ler, apesar de tudo, uma recordação, uma imagem, que indelevelmente o marcará:

Foi por esta época (talvez ainda em 33, talvez em 34, se as datas não se me confundem) que, passando um dia na Rua da Graça, meu costumado caminho entre a Penha de França, onde morava, e São Vicente, onde era então o Liceu Gil Vicente, vi, deparado à porta de uma tabacaria, mesmo defronte do antigo Royal Cine, um jornal que apresentava na primeira página o desenho perfeitíssimo de uma mão em posição de preparar-se para agarrar algo. Por baixo, lia-se o seguinte título: ‘Uma mão de ferro calçada com uma luva de veludo’. O jornal era o semanário humorístico *Sempre Fixe*, o desenhador Francisco Valença, a mão figurava ser a de Salazar. (p. 141)

Para a leitura e análise dos seus romances, a verdade é que *o nome da mão* pouco interessa: Salazar, Latifúndio, Inquisição, Deus, Centro, ou qualquer outra entidade ditatorial e totalitária, são, afinal, diferentes designações e diferentes *caras* para uma mesma atitude (um mesmo conceito) que o autor sempre denuncia e contra a qual sempre se insurge, defendendo, humanista e humanitariamente, o ponto de vista dos mais fracos e desfavorecidos.

Aduzamos, a propósito, que nos romances que hoje se considera pertencer a um primeiro ciclo de produção romanesca, o ciclo dos romances da portugalidade intensa, que abrange os títulos publicados entre *Manual de pintura e caligrafia* e *Ensaio sobre a cegueira* (ex-

clusive)⁵, essa entidade opressora e redutora das liberdades individuais e colectivas tem, se não um rosto, pelo menos um nome próprio, sendo ainda passível de uma localização temporal e espacial bem determinada. Apontamos alguns casos que, de forma diversificada facultam a leitura da ideologia do autor.

Manual de pintura e caligrafia, por exemplo, cuja acção se situa na recta final do regime marcelista⁶, consubstancia já, a partir do percurso narrativo de H., o protagonista do romance, uma dura crítica ao regime ditatorial e uma não menos dura denúncia das atrocidades e perseguições políticas levadas a cabo por este regime. Assim sabemos da prisão política de António (p. 269), em Caxias, “uma prisão dentro doutra prisão maior, que é o País (p. 283); do espancamento a que foi submetido (p. 293); da “total ausência de escrúpulos” dos “nossos ‘chefes’” e das “alianças a que recorrem para tentarem esmagar e paralisar aquilo que é já irreversível” (p. 297). Assim conhecemos, ainda, a incursão da PIDE/DGS (Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança) pela casa “de um camarada, maltratando, física, moral e psiquicamente a mulher e filhos deste e efectuando uma busca domiciliária sem mandado legal” (p. 298).

É em *Levantado de chão*, no entanto, que a denúncia e a crítica se tornam mais incisivas, abarcando a quase globalidade de uma urdidura romanesca que se estende desde inícios do século vinte até meses depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. A presença no romance da política do(s) ditador(es) máximo(s) do regime traduz-se, agora, na manipulação, na opressão e nas perseguições de índole diversa levadas a cabo pelos seus representantes no grande espaço do Latifúndio alentejano. Aqui, a aliança tácita entre os elementos da tríade que, ironicamente, é designada por “santíssima trindade” (p. 223-224) – Estado (na pessoa do tenente Contente), Igreja (o padre Agamedes) e Latifúndio (os Lambertos, Humbertos, Dagobertos ou, simplesmente, os Bertos que possuem a terra) –, ilustra um cenário onde o povo, necessariamente

⁵ Deixamos de lado o primeiro romance, de 1947, *Terra do pecado*, já que o próprio autor afirma não sentir esse romance como seu (Carlos Reis, *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1988, p. 40). Sobre a questão dos ciclos de produção literária, ver Ana Paula Arnaut, *José Saramago*. Lisboa: Edições 70 (“Apresentação”) e “Novos rumos na ficção de José Saramago: os romances fábula (*As intermitências da morte*, *A viagem do elefante*, *Caim*)”, in Ana Beatriz Barel (org.), *Os nacionalismos na literatura do século XX: os indivíduos em face das nações*. Coimbra: Minerva, 2010, p. 51-70. Artigo também publicado na revista *Ipotesi*, v. 15/José Saramago (número especial dedicado ao autor). No prelo.

⁶ Marcelo Caetano, um ‘salazar’ de tonalidades menos cinzentas, segundo Mário Soares, substituiu, a partir de 25 de Setembro de 1968, aquele que, desde 1926, presentificara, em Portugal, a “mão de ferro calçada com uma luva de veludo”. Para o comentário sobre Marcelo Caetano, ver Mário Soares, *Da Queda de Salazar* (1968) às “Eleições” de 1969, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, v. II: Estado Novo. Camarate: Multilar, 1990, p. 157.

mantido na ignorância, é obrigado a trabalhar de sol a sol por mísero salário, a passar fome, a viver nas mais indignas condições, em suma.

A não obediência às normas estipuladas, aos *princípios* que norteiam o regime fascista, redundante, em derradeira instância, na prisão dos insurrectos, como João Mau-Tempo, Manuel Espada, Augusto Patracão, Felisberto Lampas, José Palminha (p. 103 ss) ou Germano Vidigal (uma das personagens do romance retirada da vida real). Da prisão e tortura (e morte) desta última dá o narrador conta, em episódio longo e pungente, desse modo deixando muito claras as violências cometidas pelos representantes do salazarismo. Para que a memória não esqueça, citamos um breve excerto:

Caiu o homem outra vez [...] agora a fulminante dor entre as pernas, testículos em linguagem de manual de fisiologia, colhões neste grosseiro falar que mais facilmente se aprende [...], três continuam a ser os homens, mas os dois que não caem nunca entretêm-se [...] a empurrar o outro contra a parede, agarram nele pelos ombros e atiram-no de cambulhão e então é conforme calha, ou bate de costas e vai dar com a cabeça em cheio, ou vai de frente e é o pobre rosto já pisado que se estampa na cal e nela deixa ficar, não muito, algum sangue, deste que lhe corre da boca e da arcada direita. E se aí o largam escorrega sem sentido, o sangue não, o homem, pela parede abaixo, até ficar no chão enrodilhado, ao lado do carreirito das formigas, de repente assustadas ao sentirem cair aquela grande massa do alto, que afinal não as atinge nem de raspão. E pelo tempo que ali o deixaram ficar, uma formiga se lhe agarrou à roupa, quis vê-lo de mais perto, a estúpida, vai ser a primeira a morrer, porque no preciso lugar onde agora está cai a primeira cacetada, a segunda já não a sente, mas sente-a o homem, que, com a dor, não ele, mas o estômago lhe salta, e outra vez se derruba, em ânsias, é o estômago, o violento coice em cheio ou patada e outro logo a seguir nas partes, palavra tão de comum que não ofende os ouvidos. (p. 170-171)

E para que a memória da ficção se torne consciência do real, citamos breves mas elucidativos excertos de um verdadeiro relato de uma ex-prisioneira da PIDE:

Fui presa no dia 21 de Abril de 1965. [...].
De madrugada, levaram-me para o Forte de Caxias [...].
No dia 6 de manhã levaram-me outra vez na carrinha celular para a sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso. [...] Os interrogatórios foram feitos pelo [inspector] Tinoco e pelo Serra. Nesse mesmo dia o Tinoco deu ordens à mulher ‘pide’ desse turno [...] que não me deixasse ir à casa de banho enquanto não falasse e que as necessidades eram feitas ali na frente deles e limpas com a minha própria roupa. [...].

Primeiro tiram-me a camisola de malha, depois a blusa e a seguir a saia, para limparem as necessidades [...].
No dia 7 já não consegui comer. [...] Tinha febre e pedi um médico. Foi-me recusado. [...].

No dia seguinte comecei a ver bichos nas pernas de uma mesa, coisas monstruosas nas paredes e no chão. Já mal me aguentava de pé. [...].

Os agentes saíram e ficaram só as ‘pides’. Continuaram as provocações e as palavras obscenas. A Madalena começou aos pontapés e a puxar-me o nariz, a bater-me na cara. [...] Surge então um ‘pide’ a dizer que me vinha ver nua e ela respondeu-lhe que não valia a pena ver uma ‘merda’ destas, mas para os comunistas qualquer coisa serve; basta ter um buraco e fazer movimentos. Disse ainda: ‘Vamos embora, que esta puta, esta merda, não diz nada, não fala, e se eu fico aqui mais tempo espatifo-a toda’.

Veio um «pide» com uma máquina fotográfica. O Serra dava-me murros no queixo para eu levantar a cabeça e nessa altura o *flash* batia-me nos olhos. Tiraram-me imensas fotografias (ou fingiram que tiravam), sempre o Serra a empurrar-me, a pegar-me pelas axilas, pois, já sem forças, não conseguia manter-me de pé. [...] ⁷

De outras perseguições e opressões, ou de outras *caras* de um mesmo desejo de poder e de manipulação de outrem, dá conta José Saramago em *Memorial do Convento*. Neste romance, recuando, agora, ao mais remoto tempo do século XVIII, o desejo megalómano do rei D. João V (que, em cumprimento de uma promessa, pretende ver construído um convento imponente) e, principalmente, a Inquisição, reduplicam (e substituem), no passado, a guarda (e também a PIDE) do romance anterior.

Como já dissemos em outro lugar,⁸ a repressão levada a cabo pelo movimento inquisitorial encontra paralelo na repressão, também ela repleta de incidências ideológicas, exercida pela construção do convento de Mafra, principalmente a partir do momento em que D. João V decide ver a *sua* obra ampliada, de forma a albergar “trezentos frades em vez dos oitenta combinados” (p. 285), e inaugurada “daí a dois anos em mil setecentos e trinta, no dia vinte e dois de Outubro”, o dia em que o real aniversário coincidiria com um domingo (p. 289).

Ponderadas as coisas, consultados os devidos conselheiros, conclui-se da necessidade de um muito maior número de mãos para o trabalho. Ora, sendo escasso o número de pessoas que já trabalhavam nas obras, põe este Magnânimo rei em acção as suas divinas e régias motivações, mandando arrebanhar os homens que eram

⁷ Maria da Conceição Matos Abrantes, “Testemunhos sobre a PIDE”, in João Medina (Dir.), *História contemporânea de Portugal*, v. I: Estado Novo. Ed. cit., p. 188.

⁸ Ana Paula Arnaut, *Memorial do convento*. História, ficção e ideologia. Coimbra: Fora do Texto, 1996, p. 112-114.

atados com cordas, como reses, “variando o modo, ora presos pela cintura uns aos outros, ora com improvisada pescoceira, ora ligados pelos tornozelos, como galés ou escravos”, sendo “muitos” “metidos ao caminho a sangrar” (p. 291-292).

É verdade que a Santa Basílica de Maфра não condenou os homens do mesmo modo que o fez o Santo Ofício (torturas físicas, morte na fogueira, por exemplo), mas, cremos, condenouos duplamente: pelos trabalhos forçados e pelo anonimato a que foram votados pelos anais da História. Por isso, lembrando a impossibilidade de falar de todas as vidas, “por tantas serem”, preocupasse o narrador em, simbolicamente, deixar “os nomes escritos [...], uma letra de cada um para ficarem todos representados [...]” e devidamente imortalizados na H(h)istória alternativa que o romance também pode ser (p. 242). Além disso, a entidade narrativa empenha-se, ainda, em re-escrever o outro lado das versões históricas, relegando para segundo plano os heróis oficiais e colocando à boca de cena da narrativa aqueles que haviam permanecido anónimos.

Aduza-se que, em última instância, a vontade que moveu as duas entidades repressoras foi a mesma: o serviço a um Deus que se alheia dos sofrimentos dos homens, numa linha de entendimento retomada e amplamente desenvolvida e ilustrada em *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) e em *Caim*. Estas duas entidades – rei e Inquisição – permitem, pois, que as entendamos como os dois braços desse mesmo Deus que, a existir, talvez não seja maneta, como até determinado momento do romance se defende. Interessante é o facto de esta constatação praticamente coincidir com a decisão do Magnânimo de aumentar o convento e, conseqüentemente, com a crescente opressão exercida sobre os homens do povo. Como se não bastasse o religioso braço da Inquisição (prolongamento, na terra, de um dos braços de Deus), D. João V chama a si o poder do outro braço de Deus, o esquerdo, o que se pensava não existir (ver p. 291).

Quanto aos romances do segundo ciclo de produção romanesca saramaguiana, e como já sublinhámos, se, por um lado, é verdade que as preocupações humanistas e humanitárias continuam a nortear o modo como desenha a acção, e as suas personagens, por outro lado não é menos certo que o *desenho* feito se torna mais englobante, mais universal, diríamos. Abandonando uma localização temporal e espacial bem delimitada, em certos casos abandonando também a identificação das personagens através da atribuição de um nome próprio, José Saramago parece querer alargar o âmbito das suas críticas político-sociais e, de igual modo, estender as ilações histórico-ideológicas consubstanciadas nas histórias contadas. A diferença essencial entre estes dois ciclos de produção literária (que implica ainda uma ressimplificação estilística

e formal, ou, se preferirmos, um estilo mais sóbrio e, por consequência, menos barroco) foi já explicada pelo autor através da interessante e elucidativa metáfora da estátua e da pedra, apresentada pela primeira vez em Turim, em Maio de 1998, e retomada em várias outras ocasiões:

A partir de *Ensaio sobre a Cegueira*, foi como se eu tivesse tentado deixar a superfície da pedra – que eram todos os outros romances – e passar para o interior dela. Estes três últimos livros são tentativas de ir além da superfície, ver o que lá está dentro e, provavelmente, perder-me no seu interior... O que me preocupa neste momento é saber: que diabo de gente somos nós?⁹

O que assim se comenta a propósito dos três últimos livros até então publicados (*Ensaio sobre a cegueira*, *Todos os nomes* e *A caverna*) pode, e deve, ser aplicado aos romances que escreverá posteriormente: *As intermitências da morte*, *A viagem do elefante* e o polémico *Caim*. Três títulos que integram uma terceira fase romanesca, que designamos por ciclo dos romances fábula, e que, apesar das linhas de continuidade temática relativamente aos anteriores, deles se distinguem, essencialmente, não só pela instauração de novas ressimplificações formais, estruturais, mas também pela imposição de intensas linhas de comicidade.¹⁰

Nesta sua tentativa de “ir além da superfície da estátua”, a fim de descortinar “que diabo de gente somos nós”, faz, de facto, todo o sentido que o autor recorra a estratégias de diluição da referencialidade, assim universalizando o teor da acção e das personagens envolvidas. Não interessa, por exemplo, no caso de *Ensaio sobre a cegueira*, o lugar ou o tempo de uma cegueira colectiva (ou quase colectiva), não interessa o nome que as personagens poderiam carregar; interessa, sim, dar conta de um cenário de perseguições sem rosto e de medos de várias faces. Medos que parecem crescer exponencialmente e que poderiam ter (podem ter) lugar em qualquer parte do mundo, fazendo do Homem um ser brutaemente irracional. O mesmo se pode dizer para o romance *Ensaio sobre a lucidez* (2004), espécie de continuação de uma saga relativa a um eventual descalabro da humanidade, caso o Homem não adquira a necessária e urgente consciência de solidariedade e de democracia.

O que estes dois *Ensaio*s comprovam, então, é um diferente tipo de interesse, e também de abordagem, em relação à sociedade e ao mundo em que vivemos. Um mundo que já não é apenas o do tempo e do espaço portugueses (ou aquele outro perfeitamente identificado das origens do cristianismo), mas o mundo globalizado onde os valores podem deixar de fazer sentido e onde

⁹ Entrevista de Sara Belo Luís, “José Saramago: ‘O centro comercial é a nova universidade’”, in revista *Visão*, 26 out. 2000, p. 21.

¹⁰ Ver nota 5.

o Homem pode deixar de saber quem é. Um mundo onde a morte (um certo tipo de morte) quase deixa de ser chocante, pelo menos quando comparada com as violações aos mais elementares direitos humanos.

De uma maneira ou de outra (relativamente aos romances mencionados ou a outros títulos que, por questões de espaço, somos levados a deixar de lado), do que se trata, por um lado, é de sublinhar o ancestral e contínuo controlo e repressão exercidos pelas instâncias do poder (laico e/ou religioso, colectivo e/ou individual). Adaptando a este texto (e a este contexto) uma citação da crónica “Uma nova provocação”, datada de 20 de Maio de 1975 e publicada em *Os apontamentos*, diremos que qualquer regime (posicionamento ou comportamento individual, também) fascista é

igual ao tubarão: dispõe de fileiras sucessivas de dentaduras, e sempre que nelas um dente se parte ou gasta, outro dente, fresco e afiado, avança a ocupar o lugar... Como é fácil concluir, o único remédio consistiria em matar o tubarão ou amordaçá-lo definitivamente. A tarefa tem sido dura, dado que o animal estrebucha muito, desfere dentadas a torto e a direito – e nunca está no mesmo sítio (p. 225).

Por outro lado, e não de somenos importância, a verdade é que, apesar da consciência evidenciada sobre a dureza da tarefa, a produção ficcional de José Saramago deixa sempre patente a capacidade e a vontade do Homem (de alguns homens e mulheres) para lutar contra as caras da opressão e da repressão consubstanciadas numa qualquer “mão de ferro calçada com uma luva de veludo”. Não julgamos, por isso, que a obra deste autor se caracterize por um carácter pessimista e desalentado em relação aos destinos da Humanidade. Reconhecendo embora as tonalidades sombrias e, por vezes, apocalípticas, que presidem aos universos romanescos re-criados, julgamos que as histórias postas em cena permitem, ainda que sub-repticiamente, deixar uma nota de esperança na re-construção de uma sociedade mais igual, mais justa e mais fraterna.

Em suma, e em todo o caso, e contrariando a opinião daqueles que, nas ficções, afirmam não ver e não ler o homem que o autor é enquanto figura civil e enquanto entidade cívica, não julgamos possível dissociar a(s) matéria(s) romanesca(s) das experiências vividas e traduzidas em *As Pequenas (grandes) memórias*, afinal “as memórias pequenas de quando fui pequeno, simplesmente”, como escreve no final do *fragmento* onde explica a mudança do título deste livro inicialmente pensado como *O Livro das Tentações* (p. 38).

O próprio autor se encarrega, por exemplo (e entre outras referências explícitas que incluem o *Manual de pintura e caligrafia*, ou *O Evangelho segundo Jesus Cristo*), de pôr em evidência a relação entre a urdidura narrativa de *Todos os nomes* e as diligências feitas na

Conservatória do Registo Civil da Golegã a propósito da certidão de nascimento do irmão Francisco (p. 124-125). De igual modo, as sensações provocadas pela figura do “Júlio, cego” (p. 113), que de tempos a tempos aparecia de visita à família Barata, ficam-lhe indelevelmente gravadas nessa parte da memória que dará azo a *Ensaio sobre a cegueira*. Num âmbito mais englobante, e como já acima dissemos por outras palavras, o ser que se depreende existir por detrás de quem escreve é, seguramente, decorrente do ser que foi na infância, ou melhor, do ser que lhe ensinaram a ser, ou que aprendeu a ser. Afinal, como insiste em *Manual de pintura e caligrafia* (p. 170), “tudo é biografia. Tudo é vida vivida, pintada, escrita: o estar vivendo, o estar pintando, o estar escrevendo: o ter vivido, o ter escrito, o ter pintado”.

Referências

- ABRANTES, Maria da Conceição Matos. Testemunhos sobre a PIDE. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. Camarate: Multilar, 1990. v. I: Estado Novo.
- ARNAUT, Ana Paula, Novos rumos na ficção de José Saramago: os romances fábula (*As intermitências da morte*, *A viagem do elefante*, *Caim*). In: BAREL, A. B. (Org.). *Os nacionalismos na literatura do século XX: os indivíduos em face das nações*. Coimbra: Minerva, 2010. p. 51-70.
- ARNAUT, Ana Paula. *José Saramago*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ARNAUT, Ana Paula. *Memorial do convento*. História, ficção e ideologia. Coimbra: Fora do Texto, 1996.
- LUÍS, Sara Belo. José Saramago: “O centro comercial é a nova universidade” (entrevista). In: *Visão*, p. 19-22, 26 out. 2000.
- REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.
- SARAMAGO, José. *A bagagem do viajante*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1986 [1973].
- SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. Lisboa: Caminho, 2006.
- SARAMAGO, José. *Deste mundo e do outro*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1985 [1971].
- SARAMAGO, José. *Discursos de Estocolmo*. Lisboa: Caminho, 1999.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1982 [1980].
- SARAMAGO, José. *Manual de pintura e caligrafia*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1985 [1977].
- SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. Lisboa: Caminho, 1982.
- SARAMAGO, José. *Os apontamentos*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1990 [1976].
- SOARES, Mário. Da Queda de Salazar (1968) às ‘Eleições’ de 1969. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. Camarate: Multilar, 1990. v. II: Estado Novo. p. 157-164.

Recebido: 13 de março 2011
Aprovado: 05 de abril 2011
Contato: arnaut@fl.uc.pt